

## HISTÓRIA, CULTURA E INTOLERÂNCIA ACERCA DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NO BRASIL

### RESUMO

As religiões de matrizes africanas são parte da diversidade religiosa do Brasil. Dentre algumas dessas manifestações, que tem como referência a cultura trazida pelos africanos durante mais de 300 anos de escravidão estão o cabula, o catimbó, a quimbanda e, principalmente, a umbanda e o candomblé, que se propagaram com mais intensidade pelo Brasil. Desde sua chegada ao país estes praticantes foram alvos de perseguições por manifestarem a sua fé, mas, ainda hoje, os episódios de intolerância religiosa fazem parte do cotidiano dessas pessoas. Nesse contexto, este artigo destaca essas manifestações brasileiras e sua forte ligação com a África, convergindo-se para as causas dessa intolerância. Para tanto, a metodologia aplicada ao trabalho se ateve a um estudo descritivo do tipo revisão bibliográfica, que se respaldou em literaturas científicas, trabalhos acadêmicos referenciados que tentam responder a tais reflexões, sendo que os resultados obtidos respondem satisfatoriamente à proposta da pesquisa em foco.

**Palavras-chave:** Intolerância; Religião; Brasil.

## History, culture and intolerance about the religions of African matrices in Brazil

### Abstract:

The religions of African matrices are part of the religious diversity of Brazil. Among some of these manifestations, which has as a reference the culture brought by the Africans during more than 300 years of slavery are the cabula, the catimbó, the kimbanda and, mainly, the umbanda and the candomblé, that propagated with more intensity by Brazil. Since their arrival in the country these practitioners have been targets of persecution for expressing their faith, but even today, episodes of religious intolerance are part of their daily lives. In this context, this article highlights these Brazilian manifestations and their strong connection with Africa, converging to the causes of this intolerance. To that end, the methodology applied to the work was based on a descriptive study of the bibliographic review type, which was supported by scientific literature, scholarly references that attempt to respond to such reflections, and the results obtained satisfactorily respond to the proposal of the research in focus.

Key Word: Intolerance; Religion; Brazil.

## Historia, cultura e intolerancia sobre las religiones de las matrices africanas en Brasil.

### Resumen:

Las religiones de las matrices africanas son parte de la diversidad religiosa de Brasil. Entre algunas de estas manifestaciones, que tiene como referencia la cultura traída por los africanos durante más de 300 años de esclavitud, se encuentran la cúpula, el catimbó, el kimbanda y, principalmente, la umbanda y el candomblé, que se propagaron con mayor intensidad en Brasil. Desde su llegada al país, estos practicantes han sido objeto de persecución por expresar su fe, pero incluso hoy en día, los episodios de intolerancia religiosa son parte de sus vidas diarias. En este contexto, este artículo destaca estas manifestaciones brasileñas y su fuerte conexión con África, convergiendo a las causas de esta intolerancia. Para ello, la metodología aplicada al trabajo se basó en un estudio descriptivo del tipo de revisión bibliográfica, que fue apoyado por literatura científica, referencias académicas que intentan responder a tales reflexiones, y los resultados obtenidos responden satisfactoriamente a la propuesta de la investigación en foco.

Palabras clave: Intolerancia; Religión; Brasil.

“A mais terrível de nossas herança é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária” (Darcy Ribeiro).

## INTRODUÇÃO

Teoricamente, a fé se vincula ao ideário de prover alívio, conforto, paz e, de modo geral, a maior parte das religiões possui em seus princípios a defesa do amor.

Convergente a isso, a intolerância religiosa vem se tornando uma atitude recorrente na sociedade brasileira. É crime, previsto pela Constituição Federal, desde 1997. O crime não permite fiança e é também imprescritível, mas apesar de ser previsto em lei, na atualidade brasileira, casos de discriminação vem ultrapassando o nível simbólico, chegando a causar mortes.

A Constituição também assegura a liberdade de expressão, o que admite questionamentos ou críticas aos dogmas religiosos. Porém, ofensas, agressões e injúrias, por motivo de crenças religiosas, ultrapassam essa liberdade, sendo, então, considerados crimes tipificados.

Neste percurso traçado, alguns questionamentos podem ser apontados, dentre eles: Por que num país multifacetado como o Brasil é tão recorrente casos de intolerância religiosa? Quais os interesses existentes por detrás disso?

O art. XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos explicita que:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião

ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (Declaração Universal dos Direitos Humanos – Art. XVIII).

A partir deste marco conceitual básico, nota-se que essa não é só uma norma prevista pela Constituição Federal, é uma demanda mundial que necessita ser debatida em caráter internacional, haja vista que uma sociedade de direito deve zelar pela pluralidade de religiões. Destarte, este não é um consenso ideológico e conta, por sua vez, com inúmeros desafios.

Colocado no oposto à despersonalização democrática, a cultura afro-brasileira tende a ser, recorrentemente, criminalizada, seja do ponto de vista da religiosidade ou a partir de aspectos ligados à cultura, assim como o samba ou a capoeira<sup>1</sup>, símbolos do movimento histórico-cultural brasileiro, o que pressupõe que careceriam ser concebidos como patrimônio cultural imaterial da nação.

Neste contexto, cumpre assinalar o processo de construção eugênica<sup>2</sup> introduzido no país, nas primeiras décadas do século XX, no qual convergia-se ao interesse de construção de uma “outra” realidade nacional, apregoada pelo, então, atraso civilizacional, o que pressupunha incutir os valores ‘brancos’, valores estes ligados à tentativa de implantação de uma cultura europeizada que, por sua vez, tende a gerar o estigma a todas as práticas religiosas que não apresentam correlação a esse modelo.

É compreensível, assim, num país heterogêneo e multicultural como o Brasil, pautado por um processo histórico peculiar, com aguda exaltação aos valores europeizados e, contraditoriamente, um país mestiço em sua origem, a importância em se analisar os fatores que levam a intolerância religiosa ser ainda tão latente. Devido às inúmeras polêmicas em torno das discussões religiosas, o convívio entre diferentes religiões necessita ainda ser mais amplamente discutido, além do que, com a recente extinção da Secretaria de Direitos Huma-

nos, por parte da presidência interina, torna-se ainda mais significativa a sensibilização de todos, religiosos ou não.

Associando-se a esses ideais, esta pesquisa traçará argumentos em torno da desconstrução acerca dos olhares preconceituosos que existem, não só pelo povo e continente, mas, principalmente, acerca das religiões de matrizes africanas, que, dentre todo um panorama histórico, foram e ainda tendem a ser taxadas, com expressões associadas à prática e ao universo da magia, ou ainda, ideários de feitiçarias de natureza maléfica, o que implica, serem renegadas no processo de construção histórica do Brasil quando, na realidade, o continente africano contribuiu, imperativamente, para o processo de construção histórica deste país.

## BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA CULTURA AFRICANA

A África está muito presente no seio da construção da religiosidade. Em paralelo a isso, tal fato não é tão difundido no imaginário popular, ao ponto que, Moisés, líder religioso, segundo preceitos bíblicos, legislador e profeta, descendente africano que nasceu no Egito, se transformou na referência de um passado branco, forjado por uma disputa de legitimação de identidades, sobretudo, a partir dos padrões europeizados, sendo que, na realidade, resultados de pesquisas arqueológicas afluem para inúmeras evidências de que os egípcios eram negros. Neste sentido, Shohat argumenta:

Se existissem ‘provas’ científicas de que os negros são biologicamente inferiores, como poderíamos explicar o Egito antigo, inconvenientemente localizado no continente africano? Havia duas, ou melhor, três soluções. A primeira era negar que os antigos egípcios eram negros; a segunda era negar que os antigos egípcios haviam criado uma civilização; a terceira era negar ambas as hipóteses. Foi essa a alternativa favorita da maioria dos historiadores dos séculos XIX e XX (BERNAL apud SHOHAT, 2006, p. 92).

Seguindo a trilha aberta por Shohat, Benjamim (1994) nos preceitua que, articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”.

Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento (BENJAMIN, 1994, p. 06).

Igualmente, percebe-se uma forte tensão racial existente desde os primórdios da humanidade, envolvendo uma boa dose de prestígio cultural. E quando converge-se esse ideário histórico para a civilização ocidental, tem-se, por volta do século XVI, os primeiros povos africanos que vieram para o Brasil, espalhados em todo o território, logo depois da vinda dos portugueses, trazidos para trabalhar e servir nas grandes plantações e nas cidades. Não obstante,

Eles e seus descendentes fizeram muito mais do que plantar, explorar as minas e produzir riquezas materiais. Os africanos para aqui trazidos como escravos tiveram um papel civilizador, foram elementos ativos, criadores, visto que transmitiram à sociedade, em formação, elementos valiosos da sua cultura. Muitas das práticas da criação de gado eram de origem africana. A mineração do ferro no Brasil foi aprendida dos africanos. Com eles a língua portuguesa não apenas incorporou novas palavras, como ganhou maior espontaneidade e leveza. Enfim, podemos afirmar que o tráfico fora feito para escravizar os africanos, mas terminou também africanizando o Brasil. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 43)

Ressalta-se, assim, que a língua é um dos reflexos que permearam a cultura brasileira, além disso, somos tam-

bém herdeiros de hábitos, costumes de influência, tanto dos ancestrais indígenas, como de africanos.

Já entre o final do século XVIII e início do século XIX e, até mesmo, após a proibição do tráfico de escravos, vieram para o Brasil os povos sudaneses, originários de Benin, Costa do Marfim, Gana, Mali, Nigéria, Togo. Este grupo étnico-cultural falava língua semelhante, apresentavam hábitos ou religiões análogas e, por sua vez, trouxeram para o Brasil o candomblé<sup>3</sup>. Todavia, a cultura africana foi difícil de ser preservada devido ao fato de que o escravo chegou ao território brasileiro em péssimas condições, pouca expectativa de vida, espalhados por todo o litoral, sem agrupamentos, e trabalhando em domínios rurais, conforme nos preceitua Lacerda:

O negro, quase completamente selvagem, comprado dos feitores africanos e transportado a costa do Brasil pelos traficantes portugueses até a metade do último século, chegava aqui no estado de mais completo embrutecimento que é possível decair uma raça humana. (...) Essa nefasta imigração forçada de escravos pesou sobre os destinos do Brasil até os nossos dias, implicando em resultados morais desastrosos que não desaparecerão a não ser com a lenta ação do tempo (LACERDA, 1911, p. 03).

Para o antropólogo e sociólogo brasileiro Darcy Ribeiro, a diversidade cultural e linguística dos contingentes negros introduzidos no Brasil, “acrescida dessas hostilidades recíprocas que eles traziam da África, impediu a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano” (RIBEIRO, 2008, p. 115). Ainda nas palavras do autor:

Os negros escravos se viram incorporados compulsoriamente a comunidades atípicas, porque não estavam destinados a atender às necessidades de sua população, mas sim aos desígnios venais do senhor. Nelas, à medida que eram desgastados para produzir o que não consumiam, iam sendo radicalmente ‘deculturados’ pela erradicação de sua

cultura africana. Simultaneamente, vão se aculturando nos modos brasileiros de ser e de fazer, tal como eles eram representados no universo cultural simplificado dos engenhos (RIBEIRO, 2008, p. 115).

No que tange às primeiras missões jesuíticas que aportaram ao Brasil, estas aliavam-se aos interesses da Coroa Portuguesa cujo intuito se pautava na conversão de escravos e índios, buscando introduzir o cristianismo e um modo de vida europeizado. Neste sentido, Fausto (2002, p. 49), ao versar sobre os índios, corrobora que: «constituiu no esforço de transformar os índios, através do ensino, em “bons” cristãos, significava também adquirir os hábitos de trabalhos dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da colônia”.

Do mesmo modo, Serafim Leite também complementa:

Os Escravos Negros não eram livres para buscarem a instrução média e superior, e claro está que os senhores não os compravam para os mandar aos estudos e fazer deles bacharéis ou Sacerdotes. A instrução ou educação, que lhes permitiam, essa, e mais do que essa, lhes ensinava a Igreja. E a Igreja foi a única educadora do Brasil até ao final do século XVIII, representada por todas as organizações religiosas do Clero Secular e do Clero Regular, que possuíam casas no Brasil (LEITE, 1945, p. 144).

O autor explicita a empreitada educacional jesuítica, destinada aos filhos dos negros, escravos nessas propriedades agrárias com os seguintes atos:

E o que ela [Companhia de Jesus] fez pela catequese e elevação moral dos Escravos, além do proverbial bom trato que lhes dava, afere-se por este tríplice fato: foi um jesuíta o P. Pero Dias, Apóstolo dos Negros do Brasil, que escreveu a Arte da Língua de Angola com o propósito deliberado de melhor os amparar e servir; fundou-se nos Colégios o apostolado

do mar à chegada dos navios de África; e multiplicaram-se, a favor dos Negros dos Engenhos e Fazendas, as missões discorrentes, saídas dos Colégios de cada região, em toda a extensão do Brasil (LEITE, 1945, p. 144-145).

Ainda descrevendo o processo catequético, Hoornaert explicita que: “os africanos foram, pois, catequizados, não através de um sistema especial como nos aldeamentos indígenas, mas nas próprias fazendas ou casas, nas quais serviam como escravos. Sua catequese era uma catequese de escravos” (HOORNAERT, 1979, p. 337).

Com efeito, percebe-se que tais missões se encontravam em perfeita sintonia aos interesses coloniais defendidos pela burguesia mercantil, o que não é de admirar que o Brasil vivesse mais de 350 anos de escravidão e a ampla maioria dessa população sendo composta por africanos escravizados. Conforme nos preceitua Albuquerque, “a escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 67-68).

Neste panorama, após a abolição da escravatura e a instauração da República enquanto novo sistema político há todo um movimento eugenista que cresce no Brasil de modo a validar a segregação hierárquica, excluindo negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos, fomentando, assim, o predomínio da raça branca no país.

A negação do preconceito, a crença no “processo de branqueamento”, a identificação do mulato como uma categoria especial, a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca tornaram mais difícil para os negros desenvolverem um senso de identidade como grupo. De outro modo, criaram oportunidades para alguns indivíduos negros ou mulatos ascenderem na escala social. Embora socialmente móveis, os negros tinham, entretanto, que pagar um preço por sua mobilidade: tinham que adotar a percepção que os brancos possuíam do problema racial e

dos próprios negros. Tinham que fingir que eram brancos. Eram negros “especiais”, “negros de alma branca” – expressão comum empregada pelos brasileiros da classe superior branca sempre que se referiam aos seus amigos negros. Se alguns deles estavam conscientes das sutis formas de preconceito e discriminação, fizeram questão de não mencioná-las. Esses indivíduos compartilharam com os brancos o mito da democracia racial (COSTA, 1999, p. 375).

Tão incontestado, em realidade, que a relação entre catolicismo, igreja, cotidiano brasileiro, costumes, família, instituições, é uma relação que tende a se estabelecer aos poucos na própria história do Brasil. A prática do catolicismo, de forma mais ortodoxa, não é tão disseminada quanto à presença do catolicismo romano na vida cotidiana do brasileiro, fazendo parte, naturalmente, dos costumes do povo. Com isso, a igreja não influenciou somente a crença e a cultura dos brasileiros, mas esteve também presente em momentos importantes da história do país exercendo um importante papel político.

Embora se constitua em fator de poder, a Igreja, diferentemente do passado, não busca exercê-lo de forma direta. E, mesmo que o buscasse, possivelmente não conseguiria, diante da consolidação do processo democrático e do pluralismo religioso, no conjunto da sociedade. Age, porém, de modo a influir na política e nas políticas, com base em sua mensagem religiosa e sociopolítica. Em segundo lugar, esse papel é resultante de todo um processo ideológico e histórico de construção de uma identidade específica e própria da Igreja, no Brasil e na América Latina (AZEVEDO, 2004, p. 118).

Deve-se registrar ainda que, os terreiros podem, então, ser vistos enquanto mecanismos de resistência, pós-escravidão, pois neste momento, os negros foram soltos e entregues à própria sorte e o terreiro manteve certa unidade onde, inclusive houve a preservação da língua iorubá<sup>4</sup>.

## RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: ORIGEM E CARACTERÍSTICAS

O continente africano é composto por várias etnias, dentre elas, tem-se o Congo, Angola, Nigéria e Benim que originaram religiosidades plurais. Em cada um desses países existia uma forma específica de manifestação da fé, haja vista que não existe uma forma tipicamente africana, mas a junção de elementos de distintos lugares, simultaneamente. Nesta perspectiva, cada etnia detinha autonomia em relação ao seu culto, e o próprio sacerdote entrava em contato com seus orixás, suas entidades.

Essa onipresença no modo de viver dos povos africanos dava à religião tradicional um caráter global, no contexto da cultura de onde se tinha originado. Estava baseada em uma visão particular de mundo, que não incluía somente a percepção do sobrenatural, mas também a compreensão da natureza do universo, dos seres humanos e do seu lugar no mundo, assim como a compreensão da natureza de Deus, cujo nome variava de uma região para outra (UNESCO, 2010, p. 592).

No que tange à revelação africana, esta se dava de forma contínua, diferentemente da revelação associada aos colonizadores, ou seja, uma revelação baseada nas grandes religiões, na qual todo conhecimento foi engessado, disposto em livros sagrados, tais como: a bíblia, a Torá, o Alcorão e, portanto, escrituras religiosas que dispunham como o fiel deve agir em relação à religião. Essencialmente espírito, Deus não possuía imagens nem representações físicas:

Era o criador e o pilar do mundo. Poder, justiça, beneficência e eternidade eram atributos dele e, como fonte de todo o poder, governava a vida e a morte. Deus recompensava os homens, mas também os castigava quando agiam mal. De mil maneiras o comparavam a um suserano da sociedade, e o consideravam como autoridade última em todos os domínios. De forma geral, Deus

não se assemelhava aos seres humanos e era totalmente superior à sua criação, mas, ao mesmo tempo, envolvia-se nos negócios dos homens, sustentando a criação e defendendo a ordem moral, assim como os seres humanos repousavam sobre ele enquanto poder que lhes era superior. Deus, portanto, era ao mesmo tempo transcendente e imanente (UNESCO, 2010, p. 592).

Já o conhecimento estava ligado, cotidianamente, ao modo de viver desse povo, o que implica estar sempre respondendo às demandas que surgem em cada lugar ou etnia. Como nos preceitua a UNESCO (2010), a concepção geral do homem era que o ser humano compõe-se de substância material e de substância imaterial.

A parte imaterial (a alma) sobrevive à morte e a parte material (o corpo) se desintegra. A morte, portanto, não significa o fim da vida: é antes a continuidade e a extensão da vida. Os mortos permanecem membros da sociedade e se acredita que exista, ao lado da comunidade dos vivos, uma comunidade dos mortos. Entre ambas ocorre uma relação simbiótica. A sociedade humana, portanto, é uma família unida, composta pelos mortos, pelos vivos e por aqueles que ainda não nasceram (UNESCO, 2010, p. 592).

No continente africano uma atitude individual pode reverberar e fazer com que toda a comunidade seja afetada. A este propósito, a responsabilidade dessa convivência é muito importante, uma vez que ela reverbera em toda a coletividade. Não obstante, o princípio africano preza sempre pela coletividade de todos aqueles que estão envolvidos em determinado ritual, diferentemente da salvação através da individualidade ocidental em que a pessoa por si só é salva.

No que respeita à relação do homem com a sociedade, ser humano significava pertencer a uma comunidade. Isso implicava participação em crenças, cerimônias, rituais e festas: a

participação comunitária tinha mais valor do que a participação individual. De fato, a sociedade estava fundada mais nas obrigações do que nos direitos individuais, e o indivíduo afirmava seus direitos no exercício dessas obrigações, o que transformava a sociedade numa vasta malha de relações. Além disso, a vida humana era considerada e compreendida como um ciclo de nascimento, casamento, procriação, morte e vida pós-morte. O indivíduo nunca se fixava em uma etapa da existência: tinha necessariamente de passar à seguinte e, para tornar a transição mais fácil, eram cumpridos ritos especiais para garantir que nenhuma ruptura se produzisse, que o movimento e a regeneração se dessem perpetuamente (UNESCO, 2010, p. 592).

Nesta perspectiva, no século XIX, com a instauração do domínio colonial europeu sobre o continente africano, os exploradores se depararam com uma comunidade ‘povoada por deuses’. Pelo lado europeu um deus e uma fé, pelo lado africano, vários deuses com diferentes possibilidades de crenças. Nestes pressupostos (a religião africana tradicional inextricavelmente ligada à cultura africana) padecia pela imposição cultural por parte dos europeus que determinavam o que era ou não aceito como religiosidade.

Por outro lado, malgrado o progresso europeu em sua imposição cultural, fundamentaram-se no postulado de que, para implantar o progresso, era preciso transformar ou mesmo destruir por completo a cultura africana (UNESCO, 2010). Assim sendo, “é fácil perceber que a política colonial europeia podia chocar-se violentamente com princípios da religião tradicional, que constituíam as próprias bases da sociedade africana” (UNESCO, 2010, p. 597). Isto posto, percebe-se que desde o princípio, a religião tradicional viu-se submetida ao desafio da sobrevivência e da necessidade de se fortalecer (UNESCO, 2010).

Já quando aproximamos essa ancestralidade africana da construção histórica brasileira, temos, dentre a inserção de religiões de matrizes africanas<sup>5</sup>, especialmente,

o candomblé enquanto uma das religiões na qual são cultuadas divindades de origens diversas, identificadas por meio dos elementos da natureza, com sentimentos e emoções e, ainda, por meio de processos sincréticos, a partir da relação com a igreja católica – o cristianismo, da sua relação com cultos, vivências, saberes e a própria cultura indígena já existente no país.

Ressaltamos que este culto da forma como aqui é praticado não existe na África, o que existe lá é o que chamamos de culto à orisá, ou seja cada região africana cultua um orisá, portanto a palavra candomblé foi uma forma de denominar as reuniões feitas pelos escravos para cultuar seus deuses, pois também era comum no Brasil chamar as festas ou reuniões de negros de Candomblé, devido seu significado em iorubá (NASCIMENTO, 2010, p. 935).

Já a Umbanda é a única religião criada no Brasil, fundada em 1917 na cidade de Niterói. Além de sua constituição candomblecista ou africanista, a religião promove outras relações, com o misticismo, de uma forma geral, com valores ciganos, kardecistas, hinduístas, muitas vezes, criando também outras liturgias.

A Umbanda é criada num contexto de valorização do “ser brasileiro”, patrocinou a integração no plano mítico de todas as classes sociais, especialmente as excluídas, apresentando uma nova visão distinta da prevalência dos valores dominantes da classe média (catolicismo e posteriormente Kardecismo), com maior abertura as formas populares afro-brasileiras, depurando-as a favor de uma mediação no plano religioso, que representou a convivência das três raças brasileiras (NASCIMENTO, 2010, p. 937).

Conta-se, assim, com umbandas, no Brasil, mais africanistas ou africanizadas. Têm-se umbandas mais kardecizadas, ou seja, onde as práticas são mais alinhadas com a religião kardecista, espírita. E têm-se ainda umbandas mais místicas, na qual o culto oriental, aos

deuses e personalidades egípcias, hinduístas também é reconhecido. Desta forma, a Umbanda se destaca “pelo desejo dos brancos, em sua maioria de classe média urbana, de um modelo de religião nacional” (NASCIMENTO, 2010, p. 939).

São, portanto, religiões que remontam em suas origens ao culto às entidades africanas, dando ênfase às suas características culturais. Tudo isso, demonstra o dinamismo da religiosidade desse povo e a dificuldade de se encontrar uma religião que seja considerada única, ou ainda, certa ou errada.

### **INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA REALIDADE BRASILEIRA**

A alusão ao termo ‘intolerância’ estabelece um processo de hierarquização, pois não se precisa tolerar é necessário o respeito à diversidade nas suas mais variadas expressões de fé. Nesses preceitos, apesar de toda a influência africana, a intolerância religiosa vem se perpetrando na sociedade brasileira.

Segundo o Mapa da Intolerância Religiosa, no Brasil, país de maioria cristã, os principais alvos de intolerância são as religiões afro-brasileiras, tais como o candomblé e a umbanda (GUALBERTO, 2012). E um dos grandes problemas da contemporaneidade que convergem para isso é a ‘demonização’ destas religiões.

Todavia, Santos (2012) questiona o motivo de escolha dessas religiões como principal alvo de ataque. Nas palavras do autor:

Será que uma igreja tão organizada e com um apurado tino empresarial e administrativo interessada na conversão em massa, como a Igreja Universal do Reino de Deus, principal representante do segmento neopentecostal, iria se importar com religiões (candomblé, umbanda e espiritismo) que, juntas, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2000, somem apenas 1,7% da população?... O ataque neopentecostal não seria “muita

pólvora para pouco passarinho”? Ou seja, o “bom combate” a ser travado não seria contra o catolicismo, que, apesar da diminuição de fiéis verificadas nas duas últimas décadas, ainda representa, segundo as mesmas fontes, 73,7% da população? Mas como declarar guerra aberta a esse monopólio religioso que possui vínculos com diversas esferas da sociedade brasileira? O episódio do “chute na Santa” e suas repercussões negativas são um bom exemplo da dificuldade desse enfrentamento aberto. O ataque às religiões afro-brasileiras, mais do que uma estratégia de proselitismo junto às populações de baixo nível socioeconômico, potencialmente consumidora dos repertórios religiosos afro-brasileiros e neopentecostais, como querem alguns estudiosos, parece ser uma espécie de estratégia à la “cavalo de Troia” às avessas. Combate-se essas religiões na tentativa de monopolizar seus principais bens de mercado religioso, as mediações mágicas e a experiência do transe religioso, transformando-o em um valor interno do sistema neopentecostal. Em posse destes é possível partir para ataques às outras denominações cristãs com maiores chances de vitória (SILVA, 2012, p. 220-221).

Portanto, o malogro da experiência colonial, associado ao discurso extirpador das religiões afro-brasileiras por meio da sua ‘demonização’, que implica numa atitude nefária, tenta atribuir a correlação do que vem do negro como algo negativo, pejorativo. E tudo isso converge ao entendimento de que essa aversão às religiões de matrizes africanas está ligada a uma questão racial ainda muito forte no país. Neste sentido Jones conjectura:

Usualmente, tanto as formas manifestas quanto as formas ocultas de racismo são intencionais. As formas não-intencionais de racismo ocorrem, muitas vezes, quando as complexas inter-relações entre as instituições da sociedade fazem com que os efeitos a longo prazo de uma prática institucional sejam negativos para os negros. (JONES, 1973, p. 117).

Essas considerações colocam-nos em face de uma observação: somos um país de maioria católica, o que pressupõe que sua grande maioria aderiu ao evangelho e, por conseguinte, traz a referência de um Jesus que em nenhum momento fosse intolerante ou agisse de forma condenatória. Todavia, essa contradição que leva à intolerância está intrinsecamente relacionada à formação humana, ou seja, à formação daquele sujeito ou grupo de pessoas que perpetuam uma espécie de ideologia, completamente desconectada da vida cotidiana.

De fato, no Brasil, com sua maioria declaradamente católica, estes, por sua vez, tendem a não enfrentar situações de preconceito com outras religiões, mas em regiões nas quais os cristãos são minorias, tais como estados islâmicos, locais como a Síria, cristãos estão sendo assassinados.

De acordo com a Fundação AIS, a religião cristã “têm sido o alvo dos movimentos religiosos nacionalistas – muçulmanos, hindus, judeus e budistas – muitos dos quais veem o cristianismo cada vez mais como uma importação estrangeira ‘colonial’» (AIS, 2015, p. 05). Deste modo, a fundação preceitua que os cristãos são olhados com suspeição e ligados ao Ocidente, considerados, portanto, corruptos e exploradores (AIS, 2015). Por consequência disso, é considerada a religião mais perseguida no mundo, seja por meio de torturas, prisões e mortes. Nessa vertente, o que se percebe é que a lógica é exatamente a mesma.

Normalmente, a pessoa intolerante à religião do outro, é também intolerante em situações outras das mais diversas, seja por sua orientação sexual, aspectos de natureza social, e, também, naturalmente, pela religião. Neste sentido, Bordieu salienta:

As crenças e práticas comumente designadas cristãs (sendo este nome a única coisa que têm em comum) devem sua sobrevivência no curso do tempo à sua capacidade de transformação à medida que se modificam as funções que cumprem em favor dos grupos sucessivos que as adotam. (BOURDIEU, 2002, p. 52).

Em suma, a recorrência de episódios de intolerância, de ódio e perseguição está correlacionada a diversos fatores, um deles se deve às questões políticas. Grupos como esses têm demonstrado, nos últimos anos, projetos políticos muito grandes, de tal modo, escolhendo um alvo como inimigo, que por sua vez “emerge para comunicar posicionamentos, ora como meio de ocultar outras intenções, ora como forma de identificação que fortalece o capital político” (CUNHA *et al.*, 2014, p. 10).

O desconhecimento manifesto em face destas religiões também se constitui num importante fator para o ataque. Normalmente, o intolerante religioso não vê na religião o auxílio ou uma melhora pessoal, mas algo que o alimenta ideologicamente, e isso acaba agravando e acarretando em situações de violência.

Outro aspecto ligado a essa intolerância se deve à diversificação do campo religioso brasileiro, tendo-se em vista que o último censo de 2010 mostra que a religião hegemônica – o catolicismo vem decrescendo, com isso, abrindo espaço para certa diversificação deste campo, e com isso tem-se o grande aumento do público de evangélicos.

Para os detratores de religiões de matrizes africanas, como a umbanda e o candomblé o ataque é uniforme, sem distinção à religião. Isso alude à dificuldade do indivíduo em conseguir conviver pacificamente com a diferença. Assim, tendem a acreditar que estas anulam seu ponto de vista, seus argumentos, acreditando que dialogar significa se convencer do que o outro está dizendo ou abrir mão do que pensa, quando é justamente o contrário. Ainda que o conflito emergja em toda situação social em que se compartilham espaços coletivos, o diálogo, na realidade, torna-se fundamental, pois o mesmo não implicará em abrir mão da identidade do sujeito, mas sim dispor da capacidade de aprender a integrar numa rede social.

Tudo isso aflui para a importância de novas configurações religiosas às quais o diálogo inter-religioso seja o foco, constituindo-se, por sua vez, “num espaço singular para esta experiência de “complementaridade

recíproca” entre as religiões” (TEIXEIRA, 2008, p. 16). Ainda conforme o autor, “trata-se de um dos desafios mais importantes nesse novo milênio. Longe de significar um enfraquecimento da fé, o diálogo torna-a mais profunda convocando-a a navegar em outros espaços e a se abrir a novas e inusitadas dimensões” (TEIXEIRA, 2008, p.16).

A isso cumpre acrescentar o importante papel da juventude. Os movimentos juvenis de base das diversas igrejas e religiões podem se constituir em agentes de reflexões e transformações nas quais sejam respeitadas as diferentes práticas religiosas. Nesta perspectiva, os jovens têm uma importância fundamental nesse processo pelo fato de questionarem e trazerem essa ideia de que há um questionamento social a ser feito, um questionamento da sua própria realidade.

A ação conjunta à sociedade, se faz de extrema significância no sentido de proposição de abertura de mais espaços para o diálogo, de modo a tornar-se perceptível que para que se tenha uma religião não é necessário negar a religião do próximo ou até mesmo afirmar sua religião de forma radical, como se ela fosse a única que devesse existir, mas sim de assumir-se enquanto ser reflexivo e desenvolver a capacidade de reciprocidade afetiva em relação ao outro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intolerância religiosa é um fenômeno complexo e múltiplo. A igreja tem raízes profundas na sociedade brasileira, sendo a maior e mais hegemônica nação católica do mundo, convergente a isso, dados oficiais apontam que menos de 1% da população brasileira pratica as religiões de matrizes africanas.

Neste sentido, especialistas alegam que estes números estão subestimados e não condizem com a realidade, pois não expressa a quantia de pessoas que juntamente com outras religiões frequentam cultos de matriz afro-brasileira.

A despeito das divergências percentuais, residem moti-

vos históricos apresentados no decorrer deste texto, cabendo, portanto, aos cientistas sociais a investigação dos processos históricos nessa direção e a identificação dos diferentes interesses em disputa na contemporaneidade e que, por sua vez, implicam na necessidade da realização de pesquisas mais cuidadosas, as quais sejam possíveis se chegar mais próximo da religiosidade brasileira.

Com efeito, apesar de ser uma discrepância no respeito às religiões, a fé, enquanto simbologia capaz de direcionar a vida ética, moral e espiritual dos seus membros, pode repercutir num motivador para atos de violência. E o principal caminho a ser buscado é o respeito ao outro na sua expressão de fé, na sua forma de comunicar e entender que isso só nos acrescente.

As igrejas não pentecostais vêm disputando sistematicamente espaço com os terreiros. Torna-se, assim, uma disputa de mercado onde se cria uma ‘demonização’ para aqueles que participam do culto se sintam envergonhados, tenham uma baixa autoestima e não o frequentem mais.

Grupos como esse tornam-se um risco, não apenas para a liberdade religiosa, mas também para a liberdade de expressão e a liberdade política. E para isso, a juventude tem um grande papel no sentido do seu imperativo ético, mostrando que a mudança de padrão de comportamentos implica numa renovação dos relacionamentos de modo a alterar as relações interpessoais por meio do diálogo.

Quando espaços são criados para que os jovens dialoguem e percebam que deve haver uma abertura sem renunciar a sua identidade, mas abrir-se para ouvir o outro, é possível se colocar um novo rumo para a situação da intolerância religiosa.

Por fim, um aspecto fundamental para minimizar quadros de intolerância religiosa é a construção de uma cultura de alteridade, ou seja, nos colocar no lugar do outro para que seja possível fomentar uma cultura de respeito, pautada, assim, na constituição de novos olhares.

## NOTAS

- 1 A capoeira é uma manifestação cultural afro-brasileira criada pelos negros escravos como forma de luta contra a opressão, luta esta que se travou no plano físico e cultural. Em seu universo simbólico e motor encontramos elementos, tais como a musicalidade, a religiosidade, movimentos acrobáticos, dentre outros, que a tornam bastante peculiar. A capoeira é plural, e nela o lúdico e o combativo interpenetram-se, caracterizando-a como jogo, luta e dança (SILVA, 2002, p. 02).
- 2 O movimento eugênico brasileiro é um caso particularmente interessante de estudo de ciência e ideologia social. De um lado, a eugenia foi profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país. Em um sentido bem fundamental, a eugenia referia-se à raça e ao aprimoramento racial, não à classe. Isso porque concentrava suas atenções nas doenças que eram vistas como particularmente prevalentes entre os pobres, vale dizer, entre a população principalmente negra ou mestiça. Essa população era percebida como ignorante, doente e cheia de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidade. Se na cena pública a literatura eugênica utilizava a palavra 'raça' invariavelmente, no singular, para referir-se ao 'povo brasileiro', na esfera privada ela significava a 'raça negra' (STEPAN, 2004, p. 355-356).
- 3 O que é chamado genericamente de Candomblé é uma religião de síntese que foi constituída no Brasil, como "resultado da reelaboração de diversas culturas africanas, produto de várias afiliações". Isso implica, portanto, na existência de vários Candomblés (Angola, Congo, Efan, Jêje-Nagô etc.), que comumente são chamados de "nações" (CARVALHO, 2005, p.120).
- 4 O iorubá é uma língua única, constituída por um grupo de falares regionais concentrados no sudoeste da Nigéria (ijexá, oió, ifé, ondô, etc.) e no antigo Reino de Queto (Ketu), hoje, no Benim, onde é chamada de nagô, denominação pela qual os iorubás ficaram tradicionalmente conhecidos no Brasil (CASTRO, 2012, p. 03).
- 5 Religiões de matrizes africanas podem ser consideradas como todas as expressões religiosas em que existe algum tipo de transe ou possessão mediúnic (de orixá, inquice, vodum ou ancestral) e rituais de iniciação, públicos ou privados, envolvendo a comunidade com cânticos e danças, ao som de instrumentos de percussão, comandadas por um/a ou mais de um sacerdote ou sacerdotisa, amparado/a por um tipo de oráculo africano, bem como mitos e histórias africanas (SANTOS, 2010, p. 52-53).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. *Uma História do Negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p.

AZEVEDO, Dermi. "A Igreja Católica e Seu Papel Político no Brasil". ESTUDOS AVANÇADOS 18 (52), 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a09v1852.pdf>. Acesso em 29 de nov. de 2017.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed., trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

CARVALHO, A. M. T. *O Sujeito nas Encruzilhadas da Saúde: um discurso sobre o processo de construção de sentido e de conhecimento sobre sofrimento difuso e realização do ser no âmbito das religiões afro-brasileiras e sua importância para o campo da Saúde Coletiva*. 2005. Tese (doutorado em Ciências). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

CASTRO, Yeda Pessoa de. "A Influência das Línguas Africanas no Português Brasileiro". 2012. Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas.pdf>. Acesso em 29 de nov. de 2017.

COSTA, Emília Viotti da. *O Mito da Democracia Racial no Brasil*. In: Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, p. 365-, 384, 1999.

CUNHA, Cristina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Christina Vital da Cunha, Paulo Victor Leite Lopes, Janayna Lui. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2002.

FUNDAÇÃO AIS. *Perseguidos e Esquecidos? Um relatório sobre os Cristãos Oprimidos por causa da sua Fé 2013-2015*. Disponível em: [http://www.acn.org.br/images/stories/miscelanea/PerseguidosEsquecidos\\_Breve.pdf](http://www.acn.org.br/images/stories/miscelanea/PerseguidosEsquecidos_Breve.pdf). Acesso em 29 de nov. de 2017.

GUALBERTO, Marcio Alexandre M. *Mapa da Intolerância Religiosa - 2011 Violação ao Direito de Culto no Brasil*. 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/Mapa-da-intoler%C3%A2ncia-religiosa.pdf>. Acesso em 28 de nov. de 2017.

HOORNAERT, Eduardo *et al.* *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira Época. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

JONES, James. *Racismo e Preconceito*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo, Edgard Blüchler, Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

LACERDA, João Batista. *Sur le métis au Brésil*. In: Premier Congrès Universel des Races: 26-29 Juillet 1911. Paris: Imprimerie Devouge. 1911. Tradução: Tradução de Eduardo Dimitrov, Íris Moraes Araújo e Rafaela de Andrade Deiab.

LEITE, Serafim, S. J. *História da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugal, 1945, t. VI, 640 p.

NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. “Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil”. *RBSE*, 9 (27): 923 a 944. ISSN 1676-8965, dezembro de 2010. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html> Artigo.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos Santos. *Formação de Professores e Religiões de Matrizes Africanas: um diálogo necessário*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Repensando África, volume 4).

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

SILVA, M, André da. “A História da Capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, LAZER E DANÇA, VIII., 2002, Ponta Grossa, PR. As ciências sociais e a história da educação física, esporte, lazer e dança. Anais... Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Concepções Religiosas Afro-Brasileiras e Neopentecostais: uma análise simbólica*. In: PEREIRA, João Baptista Borges (Org.). *Religiosidade do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

STEPAN, NL. *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios*

históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

TEIXEIRA, Faustino. *O Pluralismo Inclusivo de Jacques Dupuis*. In.: Afonso Maria Ligorio SOARES (Org.) *Dialogando com Jacques Dupuis*. São Paulo: Paulinas, 2008, pp. 153-177.

UNESCO. *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. rev. Brasília, 2010.

## A AUTORA

Wéllia Pimentel Santos: Atualmente é doutoranda em Estudos Interdisciplinares de Gênero e Políticas de Igualdade pela Universidade de Salamanca. Tem experiência na área de Serviço Social, especialização em Criminologia. Graduação concluída em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, graduação no curso de Letras-Inglês pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e mestrado em Ensino em Saúde pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM.

